

# O jubileu do Bom Jesus em Congonhas entre a tradição e a reforma ultramontana

*The jubilee of Bom Jesus in Congonhas between the  
tradition and the ultramontane reform*

Ítalo Domingos Santirocchi<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo é o resultado de alguns levantamentos iniciais realizados em 2010 para a elaboração do Dossiê de Registo do Jubileu do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, como bem imaterial municipal. Busca-se apresentar as principais mudanças que esta comemoração religiosa sofreu, do seu início até o fim da reforma eclesiástica, realizada pelos bispos ultramontanos entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

**ABSTRACT:** This article is the result of some initial research conducted in 2010 to prepare the Registration Dossier for the Jubilee of Bom Jesus de Matosinhos in Congonhas, as immaterial municipal heritage. The goal is to present the main changes that this religious celebration had, from its beginning to the end of ecclesiastical reform performed by the Ultramontanes bishops, from the mid-nineteenth century and the first decades of the twenty century.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bom Jesus. Congonhas. Ultramontanos.

**KEYWORDS:** Bom Jesus. Congonhas. Ultramontanes.

## I. INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma pesquisa ainda em estágio inicial. Nasceu de pesquisas e entrevistas realizadas em 2010 para a elaboração do Dossiê de Registro do Jubileu do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas (MG), com intuito de conseguir o seu tombamento como bem imaterial. Nesta ocasião, as pesquisas documentais, bibliográficas e as entrevistas *in loco* realizadas durante o Jubileu permitiram elaborar um levantamento geral sobre as principais transformações que a comemoração sofreu desde seu começo no século XVIII até a atualidade. Puderam-se perceber também quais mudanças ficaram registradas na memória da população local e dos peregrinos, e quais se perderam no tempo. Este artigo reúne os resultados desta

---

<sup>1</sup> Doutor pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma), professor substituto no CEFET-MG de B. Horizonte e professor na Faculdade Promove de Sete Lagoas. E-mail: italosantirocchi@hotmail.com

pesquisa a outros, provenientes da tese de doutorado intitulada *Os ultramontanos no Brasil e o regalismo de Segundo Império (1840-1889)*, em que se analisa a reforma empreendida pelos ultramontanos durante o século XIX.

O Jubileu do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, representa um dos mais importantes patrimônios imateriais não só de Minas, mas também de todo o Brasil. Este patrimônio cultural e seus bens intangíveis são portadores de elementos que definem uma coletividade e sua história. Trazem consigo uma enorme riqueza de práticas, usos, costumes, musicalidade, assim como de saberes e saber fazer. O Jubileu transmite a imaterialidade produzida pela cultura de um povo como representativa de sua identidade e história (LEMONS, 2004, p. 41).

A relação da cidade de Congonhas e de sua população com o Jubileu do Bom Jesus é fortíssima. Pode-se dizer que Congonhas nasceu sobre duas bases, a mineração e a fé no Bom Jesus. A mineração desenvolveu o lado direito do rio Maranhão, enquanto o lado esquerdo nasceu graças à devoção ao Bom Jesus. A peregrinação crescente e constante de pessoas criou a necessidade de se investir em infraestruturas. Assim, para servir ao Jubileu, foram feitas romarias (casa de hospedagem) para os peregrinos, as ruas foram calçadas, foram feitos aterros e reforços nas encostas dos morros, aquedutos, colégio, pontes, ramal férreo, e o resultado é o estupendo complexo arquitetônico religioso da Basílica do Bom Jesus, que guarda obras dos maiores artistas mineiros do século XVIII-XIX.

Entre as tradições religiosas católicas, a festa que envolve a peregrinação de fiéis é das mais concorridas, implicando uma série de práticas culturais que circulam entre o sagrado e o profano. Essas comemorações representam e conservam a memória não só do evento em si, mas também das instituições, espaços físicos, populações e religiosidade envolvidas. O Jubileu do Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas guarda zelosamente nas suas práticas religiosas e culturais a memória de uma região que foi povoada por aventureiros em busca do ouro e que trouxeram do seu país de origem suas crenças. Guarda traços das transformações históricas de uma região onde a entrada dos religiosos foi proibida durante praticamente todo o período colonial, quando as irmandades dos leigos tomaram para si a responsabilidade de administrar a vida religiosa e que, no Império, se tornou o centro propagador de um movimento de reforma eclesial levada a cabo pelos bispos ultramontanos. No Jubileu, percebem-se as reformas institucionais da Igreja católica e a conservação das práticas religiosas populares que, apesar de se transformarem no tempo, ainda hoje, conservam o seu cerne.

As teorias sobre a história do catolicismo, desenvolvidas no Brasil durante os anos sessenta e setenta, que ainda hoje são hegemônicas, tratam o movimento de reforma ultramontana por meio do conceito conhecido como *Romanização*<sup>2</sup>. Nesta ótica, ou no desenvolvimento desse conceito, foi criada a ideia de que neste processo houve um conflito entre o catolicismo “popular”

---

<sup>2</sup> Os autores que elaboraram este conceito foram Ralph Della Cava, Riolando Azzi, José Oscar Beozzo, Pedro Ribeiro de Oliveira.

e o catolicismo “romano”, no qual este último buscou “europeizar” a cultura religiosa sincrética que se desenvolvia desde a colônia (SANTIROCCHI, 2010b). No entanto, ao estudar o desenvolvimento histórico das práticas religiosas do Jubileu do Bom Jesus em Congonhas, o que se percebe é que a reforma que ali foi realizada incidiu fundamentalmente sobre a instituição eclesiástica, numa tentativa de regulamentar a administração do Santuário do Bom Jesus, que estava nas mãos da Irmandade do Bom Jesus. Isso porque esta última ainda conservava práticas típicas do período do padroado e do regalismo luso-brasileiro, mesmo após a separação entre Igreja e Estado em 1890.

As práticas religiosas e culturais populares, aqui no sentido dos fiéis que frequentavam e ainda frequentam a festa, apesar de terem sofrido algumas modificações no passar dos séculos, mantiveram-se praticamente as mesmas. Percebe-se que as intervenções da hierarquia praticamente não tocaram a fé popular e sua prática, exatamente porque não a considerava seu “adversário”, como, por vezes, definiu o conceito de *romanização*. A hierarquia sempre procurou diminuir a superstição popular e aproximar suas práticas às da ortodoxia; todavia, o que se buscava no século XIX, durante a reforma ultramontana, era a reforma do clero, da hierarquia, da instituição e uma maior liberdade para a Igreja perante o regalismo imperial.

## **2. CONGONHAS E O COMPLEXO DO BOM JESUS**

As cidades históricas de Minas Gerais surgiram a partir do final do século XVII e início do século XVIII com a descoberta do ouro. A lavra do rio Maranhão e de outros sítios nas proximidades da atual Congonhas, abundantes do precioso metal, atraiu aventureiros que logo se estabeleceram no local, dando origem, em 1734, ao arraial do Redondo, posteriormente denominado Congonhas do Campo, nome de uma erva nativa, comum na região (ENGRACIA, 1908, p. 13).

Iniciou-se a urbanização do arraial na margem direita do rio Maranhão. Como praticamente todo núcleo minerador da capitania de Minas Gerais, sempre que se descobria uma lavra, construía-se uma capela. A de Nossa Senhora do Rosário, construída pelos escravos, é a mais antiga. Em 1745, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição criou a Paróquia de Congonhas do Campo e, quatro anos mais tarde, em 1749, deu-se o início à construção da sua Igreja Matriz. A ocupação da margem esquerda aconteceu depois de 1757, como consequência da construção do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos. A devoção ao Bom Jesus chegou a Congonhas por meio de um devoto português chamado Feliciano Mendes, que se transferiu para as terras mineiras em busca de ouro, como muitos outros seus compatriotas. No entanto, na procura da riqueza, ele perdeu a saúde. Fez, então, uma promessa ao Bom Jesus de Matosinhos, cuja fé trazia do seu torrão natal, esperando restabelecer-se. Feliciano Mendes se curou e debitou tal fato à graça do Bom Jesus (ENGRACIA, 1908, p. 16, 162).

Em fevereiro de 1757, Feliciano começou seu projeto de construir um templo ao Senhor Bom Jesus. Na busca de cumprir sua promessa, tornou-se

ermitão, uma espécie de empreendedor religioso. No ano de 1759, requereu todas as licenças necessárias, tanto ao poder espiritual quanto ao civil. Com as licenças em mãos, ele pôde colocar uma cruz no morro ao lado esquerdo do Rio Maranhão, construir um nicho onde colocou a imagem do Bom Jesus Crucificado, tomar “o hábito, a caixinha e o bordão de Ermitão” e sair a esmolar pela província, levando consigo seu oratório portátil e a história milagrosa de sua cura (ENGRACIA, 1908, p. 17).

Iniciou em seguida a construção de uma Capela para o Bom Jesus, que em 1861 já estava pronta. No ano seguinte, recebeu, de um dos seus fornecedores de material de construção, um compatriota português, uma imagem do tamanho natural articulada do Bom Jesus, que foi colocada no altar-mor da capela recém construída. As construções prosseguiram e, em 1762, Feliciano foi autorizado a colocar sua imagem em um altar na capela. As arrecadações de Feliciano com as esmolos só cresciam. Segundo Pe. Engracia, a afluência de romeiros era tanta que as esmolos choviam “dos extremos pontos de Minas e ainda de outras Capitânicas” (ENGRACIA, 1908, p. 18-32).

Poucos anos depois de cumprir sua promessa, em 23 de setembro de 1765, Feliciano Mendes faleceu. Do seu inventário, constavam objetos diversos, móveis, imóveis e semoventes, entre eles, 13 escravos, sendo um casado e tendo uma filhinha. O Ermitão também tinha construído uma estalagem e uma taverna, possuía ainda sete baralhos para jogo, 321 datas minerais abaixo e acima da capela e algumas fazendas. A despesa com o seu funeral foi “de 100\$000, que, nesses tempos, poucos grandes senhores despenderiam em pomposos enterros” (ENGRACIA, 1908, p. 36, 37, 42). Percebe-se claramente desta relação, que desde seu primórdio a celebração vinculava o profano e o sagrado, já que para se desenvolver o culto, teve-se de investir na infraestrutura necessária para o desenvolvimento do povoado no morro ao lado esquerdo do rio Maranhão. Os fiéis e trabalhadores que para o local acorriam tinham várias necessidades: hospedagem, estradas, água, comércio para atender às suas necessidades e divertimentos, para as horas em que não estivessem fazendo suas orações ou outras funções religiosas.

Após a morte de Feliciano, continuaram a levantar a Basílica do Bom Jesus e seu complexo, os ermitões Feliciano Mendes (1757-1765), Custódio Gonçalves de Vasconcelos (1765-1776), Inácio Gonçalves Pereira (1776-1790), Tomás da Maia Brito (1790-1794) e Vicente Freire de Andrada (1794-1809). Foi durante esse período que foi feita a maioria das obras artísticas e arquitetônicas do complexo do Bom Jesus: a Sala dos Milagres, as Romarias, a Residência (hoje conhecida como casa dos Redentoristas), o Colégio de Matosinhos, os Passos, as estátuas da Via Crucis e dos Profetas esculpidas por Aleijadinho e sua equipe (ENGRACIA, 1908, p. 46-84).

Segundo o Pe. Engracia, em janeiro de 1787, foi instalada a imagem do Senhor Morto no Sepulcro, construído para isso um local apropriado na frente e debaixo do altar-mor da capela. Segundo ele, esta era uma:

“imagem taumaturga, e tem como tal o nome antonomástico de *Bom Jesus do Sepulcro*, que faz todo o centro da devoção dos fiéis” [...] “se voltassem sem ver a querida Imagem julgariam ter perdido todo o sacrifício; já fiz tudo Sr. Padre, falta-me só ir ao Sepulcro; é a frase constante, ao passo que se outra coisa não virem senão o *Sepulcro*, voltam tranquilos e alegres” [grifos do original] (ENGRACIA, 1908, p. 61-62).

No entanto, existe também outra versão, a do *Manual do Romeiro do Bom Jesus*; nela relata-se que antes da morte de Feliciano Mendes, já tinha sido entronizada no altar-mor a imagem do Cristo Crucificado, em tamanho natural, que teria sido trazida de Portugal por Domingos Martins de Alves Jardim, um dos fornecedores de materiais de construção ao templo. A primeira imagem do Bom Jesus foi substituída, com muita festa, em janeiro de 1787, “por outra mais moderna”, também vinda de Portugal. A imagem original, por ser articulada, foi transformada em imagem jacente e depositada na parte inferior e dianteira do altar-mor, ou seja, como em um sepulcro. Essa antiga imagem do Senhor Morto, como hoje é chamada, foi sempre considerada milagrosa pelos romeiros e, por isso, continua sendo objeto de veneração principal dos fiéis, que concentram nesse Bom Jesus a sua devoção, como se pode verificar nas enormes filas que ainda hoje se formam nos dias de Jubileu para beijar as fitas vermelhas que ficam em contato direto com a imagem (FRANÇA, 2001, p. 14, 16-17).

É difícil certificar qual tese é a correta, já que nos documentos contábeis, os mais abundantes, este fato não é claramente especificado. O que pesa a favor da versão do *Manual do Romeiro* é que as características descritivas da primeira imagem coincidem com a imagem do Senhor Morto e não com aquele Crucificado e, também, por ser difícil imaginar que uma população de fiéis que repetidamente visitou o Santuário, no decorrer dos anos de sua vida, passasse a venerar com maior devoção uma nova imagem no lugar da antiga.

### **3. A ADMINISTRAÇÃO DA IRMANDADE DO BOM JESUS**

Em finais de 1809, morreu Vicente Freire, último ermitão. A partir desse ano, a Irmandade do Bom Jesus, já constituída, passou a administrar o Santuário por meio de uma Mesa Administradora formada em 1810, período em que provavelmente foi aprovado o compromisso que regeria a irmandade. A partir daí, a Mesa seria a responsável pela escolha dos administradores, controlaria as entradas das esmolas e os gastos (ENGRACIA, 1908, p. 90-92). No entanto, como veremos, a primeira administração da Irmandade durou poucos anos.

A criação do Colégio de Matosinhos, em 1787, teve influência marcante na administração do Santuário do Bom Jesus. Nos fins do período colonial, devido às insistências e empenho de outro ermitão, o Irmão Lourenço, instalou-se em Minas a primeira ordem religiosa, pois, durante a Colônia, era proibida a existência delas em território mineiro. Foi a dos Padres da Congregação da Missão, de inspiração de São Vicente de Paulo, conhecidos como lazaristas, a primeira

ordem religiosa a se instalar na província. O Irmão Lourenço era um colono português que posteriormente se tornou ermitão do Santuário de Nossa Senhora da Piedade, na Serra do Caraça, aonde chegou em 1760. Por toda vida, requereu ao rei que ali se instalassem missionários, pois ele mesmo ajudaria no sustento. Porém, em 26 de outubro de 1819, aos noventa e cinco anos de idade, faleceu legando todos os seus haveres a Dom João VI, com o ônus de estabelecer na casa de sua fundação os religiosos com que sonhara (TRINDADE, 1953, v. II, p. 7-12).

Os padres da Congregação da Missão chegaram ao Brasil na segunda década do século XIX, chamados pelo monarca português D. João VI, que os solicitou para dirigirem missões de evangelização indígena no Mato Grosso. Os dois primeiros padres da Congregação a serem enviados ao Brasil foram Leandro Rebello Peixoto e Castro e o jovem Antônio Ferreira Viçoso. Eles chegaram ao Rio de Janeiro em dezembro de 1819 (PASQUIER, sd, p. 29-31). Naquele mesmo mês, o destino dos padres mudou, ao invés de irem para o Mato Grosso, foram enviados a Minas Gerais, exatamente para a Serra do Caraça, com a missão de fundar um colégio e um Seminário para a Congregação (TRINDADE, 1953, v. II, p. 7-12).

Após a instalação da Congregação da Missão em Minas, a irmandade do Bom Jesus decidiu convidá-los para administrar o Colégio e o Santuário em Congonhas. A direção passou, então, às mãos dos lazaristas em 1827 (SOUZA, 1999, p. 27). A administração do colégio por estes religiosos obteve certo êxito, formando muitos personagens importantes na história da Igreja em Minas e no Brasil (TRINDADE, 1953, v. II, p. 14). A administração do santuário de Congonhas por parte dos lazaristas se estendeu até 1855, porém, mesmo depois de se retirarem da direção do Santuário, os padres permaneceram naquela cidade até 1860, dedicando-se somente às missões e ao colégio. Em Congonhas, se formou o primeiro Arcebispo de Mariana, D. Silvério Gomes Pimenta, um mulato de excepcional inteligência, que continuou a obra do bispo reformador ultramontano D. Viçoso (SOUZA, 1999, p. 27).

A relação dos lazaristas com o poder secular foi muito estreita nas duas primeiras décadas do século XIX, mesmo assim, foi alvo de várias perseguições por parte do governo provincial. Por muitas vezes, tiveram de se defender e às suas posses perante as acusações do poder civil. Segundo o Pe. Eugênio Pasquier, os lazaristas deviam defender-se de muitas acusações: de serem estrangeiros; de serem “jesuítas falsificados”; das doações feitas ao colégio do Caraça e Congonhas; de se terem habilmente introduzido na administração das duas propriedades; e de não prestarem contas de sua administração. De acordo com estas acusações, as propriedades dos lazaristas representavam bens imensos que cresciam à vontade e sem controle. Eram questionados também sobre a formação que administravam nos seus colégios, sendo os professores acusados de exercer um ensino defeituoso e de oferecer uma alimentação insuficiente aos alunos. Na sua obra missionária, eram acusados de abusar da simplicidade do povo e de ser pouco reservados na linguagem usada contra os incrédulos e libertinos (PASQUIER, sd, p. 123).

Os padres receberam várias inquirições do governo provincial pedindo informações sobre os colégios, cópias de seus estatutos, número dos alunos, inventários dos bens móveis e imóveis, orçamento, fontes de renda, históricos, direitos à propriedade, entre outros. Seus superiores responderam prontamente a tais inquirições, enviando todos os documentos e informações solicitadas. Segundo Pasquier, o cuidado com que os lazaristas se esforçavam para demonstrar o direito de propriedade deixava claro que temiam ser espoliados das suas propriedades (PASQUIER, *sd*, p. 151-154).

Sobre a administração dos lazaristas no Santuário do Bom Jesus, o Pe. Engracia, que pesquisou as prestações de conta feitas ao poder civil, não encontrou muita documentação. Isto se explica pelo fato de os referidos padres, tornando-se o centro do movimento ultramontano no Brasil, não aceitarem a ingerência do poder civil em âmbito eclesiástico e temerem por suas propriedades. Resistiram negando e escondendo informações ao poder secular, concedendo somente aquelas que eram vitais para que pudessem continuar com seu trabalho missionário e educativo. Mesmo que não seja fácil identificar as obras físicas dos lazaristas no complexo do Bom Jesus, é facilíssimo identificar seus resultados intelectuais e espirituais (ENGRACIA, 1908, p. 112-143).

Vários bispos do movimento reformador ultramontano estudaram, administraram ou ensinaram no Colégio de Congonhas, como é o caso de D. Antônio Ferreira Viçoso (1787-1875), bispo de Mariana, de fundamental importância para a reforma ultramontana; D. José Afonso de Moraes Torres (1805-1865), bispo do Pará; D. Luís Antônio dos Santos (1817-1891), primeiro bispo do Ceará; D. João Antônio dos Santos (1818-1905), primeiro bispo de Diamantina; D. Pedro Maria de Lacerda (1830-1890), bispo do Rio de Janeiro; e D. Silvério Gomes Pimenta (1840-1922), bispo e arcebispo de Mariana. Este último nasceu em Congonhas, era afilhado de D. Viçoso, que confiou na sua capacidade, apesar da sua origem pobre e afro-brasileira em uma sociedade escravocrata. D. Viçoso o matriculou no Colégio do Bom Jesus, onde posteriormente ele também lecionou. D. Silvério se tornou, posteriormente, o primeiro arcebispo de Mariana (SANTIROCCHI, 2010, p. 248-259).

O desejo de autonomia e independência dos Lazaristas na administração do complexo do Bom Jesus levou a um conflito com a Irmandade. As relações ficaram cada vez mais tensas levando ao fim do contrato com os padres, retornando a administração para as mãos da Irmandade a partir de 1855. Desse momento em diante, as obras no templo foram mínimas e o complexo passou por um período de abandono. Segundo o Pe. Engracia, isso foi devido à ganância que tomou o lugar do verdadeiro intuito religioso em alguns membros da Irmandade, gerando vários abusos na administração, como a desorganização nas finanças e os investimentos exorbitantes em construções que nunca foram concluídas. Com a queda da monarquia em 1889 e a separação entre Igreja e Estado em 1890, uma nova ordem se estabeleceu. Os bispos, não tendo mais o empecilho do padroado e do regalismo, buscaram exercer plenamente sua autoridade (SANTIROCCHI, 2010: 248-259).

O bispo de Mariana, D. Antônio Maria Correia de Sá e Benevides (1836-1896), e seu bispo auxiliar, D. Silvério Gomes Pimenta, tentaram chegar a acordos e interferir de forma cautelosa na administração do complexo do Bom Jesus de 1890 até 1895. Não obtendo sucesso, entraram na justiça contra a Irmandade que não queria entregar ao bispo diocesano as chaves e os bens pertencentes ao complexo do Bom Jesus. Em 1896, a justiça deu ganho de causa ao bispo, que já havia feito um “plebiscito” junto aos fiéis para ver se eles apoiariam o diocesano ou a Irmandade. A consulta resultou favorável ao bispo, que saiu fortalecido. O apoio da maioria dos fiéis ao prelado de Mariana era um reflexo de que já há algum tempo a Irmandade não os representava mais (ENGRACIA, 1908, p. 189-224).

D. Silvério Gomes Pimenta, que assumiu a diocese de Mariana após a morte de D. Benevides, decidiu-se por uma intervenção mais direta na administração da Basílica do Bom Jesus. Primeiro chamou para administrar o Santuário os Irmãos Maristas (1897-1902), mas, devido aos conflitos com a Mesa Diretora da Irmandade e outras dificuldades mais, eles acabaram abandonando Congonhas. Foi escolhido, então, como interventor, o Pe. Júlio Engrácia, que passou a administrar o complexo do Bom Jesus a partir de 1899. Ele regularizou as contas da Irmandade e modificou seu compromisso (estatutos), publicando um novo em 4 de janeiro de 1900. As novas regras colocavam a Irmandade sob a autoridade direta do diocesano. Deste momento em diante, a Irmandade do Bom Jesus foi perdendo importância, pois os administradores do Santuário passaram a ser escolhidos pelos bispos (ENGRACIA, 1908, p. 189-224).

Em 1924, a administração foi entregue aos padres redentoristas durante a administração do Arcebispo D. Helvécio Gomes de Oliveira (1876-1961). Os redentoristas ficaram na administração até o ano de 1975, quando a Basílica do Bom Jesus foi entregue novamente à administração diocesana. O padre orionita Benedito Pinto da Rocha foi, então, nomeado Reitor da Basílica do Bom Jesus, em janeiro de 1978, é este padre que ainda hoje permanece na administração.

Em 6 de novembro de 1921, no arcebispado de D. Silvério Gomes Pimenta, o Papa Bento XV (1914-1922) concedeu oficialmente o título de Santuário à Igreja do Bom Jesus. Por pedido de D. Helvécio Gomes de Oliveira ao Papa Pio XII (1939-1958), foi concedida ao Santuário de Bom Jesus a denominação e dignidade de Basílica Menor, em 26 de julho de 1957. O conjunto monumental de Congonhas foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1939 e pelo Patrimônio Cultural da Humanidade e pela Unesco em 1985 (FRANÇA, 2001, p. 5, 15).

#### **4. JUBILEU DO BOM JESUS DE MATOSINHOS EM CONGONHAS**

Logo nos primeiros anos após a instituição da devoção ao Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, iniciou-se uma modesta peregrinação para o alto do morro onde se encontrava uma cruz, instalada por Feliciano Mendes. Tal

movimento de fiéis estava ligado à força que a fé exercia sobre os colonos portugueses que para estas partes imigravam em busca de melhor sorte. Outro fator que a favorecia era o relato do milagre alcançado por Feliciano e sua admirável dedicação à causa do Bom Jesus. Inicialmente a devoção era sustentada pelas esmolas recolhidas pelo ermitão, pelas ajudas dadas pelos moradores do outro lado do rio onde se encontrava o povoado, pelos trabalhadores empregados na construção da capela, pelos viajantes que por ali passavam e pelos moradores dos povoados vizinhos. A andança de Feliciano Mendes em busca de esmolas serviu como propaganda e favoreceu a propagação da devoção ao Bom Jesus.

Não existem muitos documentos relatando a devoção nos seus primeiros anos e nem mesmo no decorrer do século XIX; a maioria deles se refere aos gastos com as obras arquitetônicas e assistenciais. No entanto, a festa já havia se consolidado por volta de 1779, quando o Papa Pio VI a oficializou e a transformou em um Jubileu, publicando uma série de breves que concediam a possibilidade de se conseguir a indulgência plenária para o perdão das penas dos pecados cometidos pelos fiéis. Para isso bastava que visitassem a Igreja no período das comemorações, recebessem os sacramentos da confissão e da comunhão e dessem assistência aos necessitados (PIMENTEL, 2008, p. 118).

O primeiro relato sobre a devoção e peregrinação à Igreja do Bom Jesus em Congonhas foi feito por Tomás Antônio Gonzaga, em 1788, nas famosas “*Cartas Chilenas*”, onde ele escreveu: “Distante nove léguas desta terra/ há uma grande ermida; que se chama/ Senhor de Matosinhos; este templo/ os devotos fiéis a si convoca/ por sua arquitetura, pelo sítio/ e, ainda muito tempo mais; pelos prodígios/ com que Deus enobrece a Santa Imagem” (GONZAGA, sd, 26-27).

Como se pode ver pelas estrofes, naquela época a devoção, a peregrinação, os milagres, as belezas arquitetônicas e naturais já chamavam a atenção. Nos anos precedentes, muitos dos monumentos que ainda hoje se encontram ali já tinham sido construídos, como, por exemplo, a Sala dos Milagres, muitas romarias, o altar-mor, o átrio, o colégio. Nestes primeiros anos, já estavam presentes muitas das características da festa atual: as missas, as confissões, as comunhões, a visita à imagem do Senhor Morto e a Sala dos Milagres (onde são depositados os ex-votos – objetos que testemunham os milagres), as romarias para hospedar os romeiros, o auxílio aos pobres e as barraquinhas de comércio, que muito provavelmente foram iniciadas juntamente com a peregrinação.

A devoção se desenvolveu ligada à fé no poder de cura do Bom Jesus, decorrente das promessas feitas a ele. Era o século XVIII mineiro, período tumultuado, cheio de angústias e anseios, em que o barroco marcou o imaginário popular e a arte sacra. Segundo Mônica Massara, a arte barroca era fortemente emotiva, apaixonada, teatral, apelava aos sentidos do espectador, utilizava-se da dramaticidade, das técnicas de iluminação natural, dos contrastes claros e escuros, envolvendo o homem num mistério de sofrimento divino e de sofrimento humano. Tudo isso se refletia na expressão da religiosidade e no estilo arquitetônico das igrejas e santuários. Tais características são facilmente perceptíveis

nas construções e nas práticas devocionais ligadas ao Jubileu do Bom Jesus em Congonhas. Para Mônica Massara, o fenômeno de se construir réplicas da *Via Crucis*, como no caso dos Passos de Congonhas, era um fato essencialmente barroco. O homem, em crise, oprimido e angustiado, precisava sofrer na carne a dor que Cristo sofreu na sua Paixão (MASSARA, 1988).

Buscou-se construir em Congonhas, em torno do Bom Jesus, este ambiente espetacular, com o intuito de impressionar os sentidos do próprio homem e despertá-lo para a fé. Neste cenário, o Calvário passou a ser protagonista, lembrando o sofrimento de Cristo. As procissões, as romarias, as rezas, os cantos, as representações teatrais completavam todo o espetáculo da fé. O Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, de Congonhas, era um dos mais representativos programas de peregrinação do Brasil colonial. A fé e as graças alcançadas foram atraindo um grande número de romeiros e curiosos em diferentes épocas do ano. Eles vinham para sentir de perto todo o conjunto arquitetônico do Santuário e o poder da imagem do Cristo Crucificado e do Senhor Morto. Aqueles que alcançavam suas graças deixavam o testemunho na Sala dos Milagres, ajudando a fortalecer e a divulgar a fé no poder de cura do Bom Jesus (VITTARELI, 1997).

A princípio, a programação do Jubileu era inaugurada com a realização de novenas e missa cantada, acompanhada de uma banda de música de uma das vilas da região; celebravam-se missas às 6h da manhã e de duas em duas horas até às 17h. A partir das 18h, eram feitas pregações aos romeiros pelos padres locais e, em seguida, o terço era rezado em procissão em volta do templo. O Jubileu era encerrado com as bênçãos e o Sermão de Despedida. A concorrência era tão grande que a administração convidava sacerdotes de fora para ajudar os capelães nos serviços religiosos. Por volta de 1780 a autoridade diocesana aprovou a realização de duas festas de maior solenidade, uma na semana do dia três de maio, dia da Santa Cruz, e a outra na semana do dia 14 de setembro, dia da Exaltação da Santa Cruz. A partir de 1790, o Jubileu de maio foi perdendo o número de romeiros, devido às chuvas que tornavam os caminhos intransitáveis, e acabou por ser suprimido. Em 1926, foi outra vez restabelecido pelo Prior dos Redentoristas que administrava o Santuário. Em maio, celebrava-se o Jubileu com uma novena de orações, tendo sido publicada para este fim uma novena ao Senhor Bom Jesus. Nesta ocasião, a imagem do Bom Jesus crucificado era colocada em um rico andor e levada em procissão ao redor do Santuário (VITARELLI, 1997).

Esta procissão também era realizada em setembro. Em 1908, quando o Pe. Júlio Engracia publicou seu livro *Relação Chronologica do Santuário e Irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo no Estado de Minas Gerais*, ainda existia a prática da procissão nos dias do Jubileu. Ela era realizada da seguinte forma: saía-se em procissão rezando o terço em volta da Igreja todo o primeiro domingo do mês, levando em andor a imagem de Nossa Senhora, enquanto o Capelão levava atrás do andor o Crucifixo com a Imagem do Cristo Crucificado. Não foi possível identificar quando tal prática cessou.

No século XIX, poucas são as referências ao Jubileu de Congonhas.

Sabe-se que nesse período e até o início do século XX, era comum a prática do flagelo. No século XIX, o complexo da Basílica foi administrado pela Irmandade do Bom Jesus, com um intervalo de administração dos padres lazaristas, que vai de 1827 a 1855. A intensidade das pregações dos lazaristas, práticos nas ditas “missões populares”, recorrendo frequentemente a relatos das punições dos pecados em suas pregações, pode ter influenciado a intensificação de atos de fé mais exaltados. Nestas ocasiões, o peregrino participava como protagonista na repetição do sofrimento de Cristo, chegando a realizar práticas de autoflagelação. Um jornal de 1954 relata que “há cento e cinquenta anos atrás, uma das promessas mais comuns era a de arrastar, com correntes ou pelos cabelos, pessoas até o altar”. Um artigo no Jornal Senhor Bom Jesus de 1939 registra a proibição do flagelo pelas autoridades eclesiásticas (VITARELLI, 1997, p. 60-61).

As práticas religiosas realizadas pelos peregrinos, em sua grande maioria, consistiam na passagem pela fila do beijo (para beijar a fita vermelha em contato com a imagem do Senhor Morto), pela Sala dos Milagres, pela confissão, pela Secretaria do Jubileu para doar esmolas à Igreja, pelo Abrigo dos Pobres para auxiliar os necessitados. Terminavam assistindo à missa e nas últimas décadas recebendo a bênção dos objetos, quando todos levantavam os objetos que desejassem que fossem abençoados, e o celebrante os abençoava com água benta. Após estas práticas, os peregrinos, sentindo-se purificados, se divertiam na feira. O profano continuou presente na comemoração, já que as reformas realizadas pelos bispos ultramontanos foram principalmente em relação à administração do patrimônio do complexo do Bom Jesus e à parte organizacional do Jubileu. O profano tinha lugar especial. Acontecia do outro lado da ponte, com a realização de “bailes, jogos e certas atrações mundanas. Vinham de fora diversos artistas e os mais famosos circos. Apareciam museus de cera ambulantes e exposição de bichos curiosos. O Jubileu era uma grande festa” (VITARELLI, 1997, p. 62-64).

O acolhimento aos romeiros está presente desde os primórdios da devoção. Os primeiros gastos com construções para hospedagem ocorreram juntamente com os inícios das obras da capela em 1759, já que no lado esquerdo do rio Maranhão não havia residências. Inicialmente, foram construídas moradias para os trabalhadores encarregados de construir o Santuário. Estas casas se tornaram posteriormente hospedagem para peregrinos. A peregrinação se transformou num importante evento histórico, registrando nos costumes, as dificuldades e facilidades de cada época. A história do Jubileu no século XX se relaciona aos marcos das transformações das comunicações, dos transportes, da política, da saúde, da cultura etc. A hospedagem, por exemplo, sofre grandes modificações no século XX. As romarias são testemunho disso e as modificações que sofreram marcam a memória da população e dos romeiros. A última delas foi construída pelo bispo D. Helvécio e os redentoristas na década de 1930. Porém, as romarias criaram alguns problemas sociais, com muitos romeiros ou pobres que não iam embora depois da festa, criando um ambiente muitas vezes degradado socialmente. Este fato, juntamente com as transformações nos trans-

portes, que passaram a permitir a ida e o retorno do romeiro no mesmo dia, levou à desativação de todas as romarias e até mesmo à demolição de algumas delas (FRANÇA, 2001, p. 25-26).

Estas transformações marcaram o imaginário dos romeiros, que têm na festa, muitas vezes, a única oportunidade de viajar durante o ano. No início do século XX, as pessoas vinham a pé, de carro de boi e a cavalo. Depois de 1908, muitos passaram a vir de trem, conhecido como “Trem do Bispo” pelo fato de este ramal férreo ter sido feito graças ao investimento inicial feito pelo bispo D. Silvério, utilizando verbas provenientes do patrimônio do Santuário do Bom Jesus. Foi negociada a construção de um ramal da linha férrea do ponto mais próximo da Central do Brasil até Congonhas (ENGRACIA, 1908, p. 226-233). O ramal, que passa pela estação de Congonhas, foi completado em 1914, com o primeiro trecho da linha do Paraopeba, que seguia apenas até João Ribeiro<sup>3</sup>. Na década de 1950, foram iniciados os transportes em caminhão, ônibus e carros. A intensificação dos carros e transportes coletivos modificou a celebração do Jubileu, acabando com a necessidade das romarias, aumentando o fluxo de pessoas diversas a cada dia.

O início da participação da prefeitura municipal de Congonhas na organização da festa foi outro fator importante nas transformações do Jubileu. Até os finais dos anos 30, a festa era organizada pela Igreja; nos anos quarenta, ela foi dividida, a parte religiosa e assistencial continuou a ser organizada pela Igreja, enquanto o restante ficou a cargo do poder civil.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tradicional concepção dos defensores da *romanização*, a reforma realizada pelos ultramontanos buscava, entre outros objetivos, a adequação das práticas e crenças religiosas “tradicionais” à fé católica ortodoxa proveniente de Roma, colocando o movimento reformista como algo que haveria de se opor ao “catolicismo popular” (DUTRA NETO, 2006, p. 31). Riolando Azzi, por exemplo, defende que ao mesmo tempo em que a prática sacramental se tornava prioritária, os bispos geralmente mantinham uma atitude de reserva em relação ao “catolicismo tradicional” nativo (AZZI, 1977, p. 11-112). Beozzo enfatiza este aspecto de luta entre o catolicismo popular e o catolicismo ortodoxo, defendendo que o equilíbrio entre eles se rompeu devido ao fato de o catolicismo popular ter passado a ser considerado ilegítimo e supersticioso, um mal a ser extirpado, enquanto o outro se impunha como o único legítimo e reconhecido pela hierarquia da Igreja (BEOZZO, 1977, p. 743).

Pedro Ribeiro de Oliveira segue esta mesma linha. Referindo-se à ação reformadora ultramontana, ele diz: “eles pautam sua atividade pastoral pela adaptação do catolicismo brasileiro ao modelo romano, travando acirrado combate

---

<sup>3</sup> Disponível em: <[http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb\\_mg\\_paraopeba/congonhas.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_paraopeba/congonhas.htm)>. Acesso em: 20/09/2010.

contra o catolicismo popular tradicional” (OLIVEIRA, 1985, p. 12). Pedro Ribeiro coloca a *romanização* como um movimento que pretendia sufocar o catolicismo popular: “Analisando a romanização, vimos que o conjunto de transformações operadas por seus agentes tem por fim a reestruturação do aparelho religioso, colocado sob o controle clerical, e a substituição do catolicismo popular pelo catolicismo romano” (OLIVEIRA, 1985, p. 326-327).

No entanto, estudando o Jubileu do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, que nasceu desse catolicismo “popular” e “tradicional”, e se desenvolveu em uma Minas Gerais que se tornou o centro da reforma ultramontana, não foi possível perceber tal oposição entre catolicismo “romanizado” e catolicismo “popular”, muito menos “a substituição do catolicismo popular pelo catolicismo romano”. As superstições e o devocionismo que Beozzo defende como típicos do catolicismo “popular” continuam até hoje nas práticas populares relacionadas ao Jubileu do Bom Jesus. No período em que o Santuário esteve sob a administração dos lazaristas, os relatos mostram que estas características se exacerbaram a ponto de ser praticado o flagelo público pelos fiéis.

A interferência de D. Silvério no final do século XIX e início do XX se restringiu à administração do Santuário e suas posses, numa tentativa de diminuir ou excluir a Irmandade do Bom Jesus da administração, impondo sua autoridade. Ele não interferiu nas práticas religiosas dos fiéis, no seu modo de se relacionar com a religião e com o Jubileu do Bom Jesus. A Irmandade, apesar de ser uma instituição tradicional no catolicismo mineiro, não representava todos os fiéis, sendo somente um dos vários aspectos envolvidos na devoção. Mesmo após a reforma, os traços tipicamente populares ainda persistem: as peregrinações, a devoção à imagem taumaturga, as promessas, a sala de milagres, os ex-votos, a fila do beijo, entre outros, confirmando o que defende Luciano Dutra, que, entre os abusos combatidos pelos bispos ultramontanos, não estavam compreendidas as manifestações populares e até mesmo folclóricas da religiosidade popular, mas sim, os aspectos disciplinares ligados ao clero e à normalização da liturgia (DUTRA NETO, 2006, p. 31-33).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZZI, Riolando. “Catolicismo popular e autoridade eclesial na evolução histórica do Brasil”, em *Religião e Sociedade* n. 1 (1977) 125-149.
- BAZIN, G. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1971.
- BEOZZO, José Oscar. “Irmandades, Santuários, Capelinhas de Beira de Estrada”, em *REB*, Petrópolis, vol. XXXVII, 1977.
- DUTRA NETO, Luciano. *Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas*, Tese, Universidade de Juiz de Fora, 2006.
- ENGRACIA, Pe. Júlio. *Relação Chronologica do Santuário e Irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo no Estado de Minas Gerais*. S. Paulo: Escolas Profissionais Salesiana, 1908.

- FRANÇA, Fábio. *Manual do Romeiro do Bom Jesus de Congonhas*. Congonhas: 2001.
- GONZAGA, Tomás Antonio. *Cartas Chilenas*. [S.l.]: Virtual Books, 2000. Disponível em: <<http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/oliteraria/99.pdf>>. Acesso em: 10/09/2011, hora: 10:40.
- LEMOS, Carlos A. C. *O que é Patrimônio Histórico*. São Paulo: Brasilense, 2001.
- MASSARA, M. F. Santuário do Bom Jesus do Monte de Braga. Portugal: Confraria do Bom Jesus do Monte, 1988.
- OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de, *Religião e dominação de classe: Gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*, Vozes, Petrópolis 1985.
- PASQUIER, Eugênio, CM. *Os primórdios da Congregação da Missão no Brasil e a Companhia das Filhas da Caridade (1829-1849)*, Vozes, Petropolis [SD].
- PIMENTEL, Thiago Duarte. *A espacialidade na construção da identidade: a Feira do Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinho*. Congonhas do Campo/ Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Os ultramontanos no Brasil e o regalismo de Segundo Império (1840-1889)*. Tese de doutorado. Roma 2010.
- \_\_\_\_\_. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma, in: *Temporalidades*, vol. 2, n. 2, p. 24-34. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- SOUZA, José Evangelista de. *Província Mineira da Congregação da Missão*, Santa Clara, Contagem 1999.
- TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Arquidiocese de Mariana – subsídios para a sua história*, 2. ed., Imprensa Oficial, Belo Horizonte 1953.
- VITARELLI, Flávio. *Turismo religioso: Jubileu do Senhor Bom Jesus de Congonhas de Matosinho – Congonhas do Campo*. Monografia de especialização. Ouro Preto: UFOP 1997.

Recebido em: 20/06/2011

Aceito em: 18/08/2011